

O LENIN INTERNACIONALISTA: AUTODETERMINAÇÃO E ANTICOLONIALISMO

EL LENIN INTERNACIONALISTA: AUTODETERMINACIÓN Y ANTICOLONIALISMO

THE INTERNATIONALIST LENIN: SELF-DETERMINATION AND ANTI-COLONIALISM

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.39010>

Vijay Prashad¹

Tradução de Elizabeth Sara Lewis²

Revisão técnica de Rodrigo Castelo e Elizabeth Sara Lewis³

Resumo: Uma leitura atenta dos ensaios de Lenin sobre a autodeterminação escritos a partir de 1915 nos permite perceber um tema central de anticolonialismo na sua obra. Não surpreende, portanto, que Lenin pressionava a Internacional Comunista a aprimorar seu trabalho anticolonial e anti-imperialista. Somente ao entender esse aspecto do trabalho de Lenin é possível apreender por que tantos movimentos para a libertação nacional se voltaram para o marxismo-leninismo, compreendendo – graças ao trabalho de Lenin – que não haveria emancipação somente por trocar de bandeira; o que se precisava era a revolução social, uma transformação mais profunda de relações de propriedade.

Palavras-chave: Lenin. Autodeterminação. Terceiro Mundo. Internacionalismo. Anticolonialismo.

Resumen: Una lectura cuidadosa de los ensayos de Lenin sobre la autodeterminación escritos a partir de 1915 nos permite notar un tema central de anti-colonialismo en su obra. No es de extrañar, por tanto, que Lenin presionaba a la Internacional Comunista a perfeccionar su trabajo anti-colonial y anti-imperialista. Es solamente al entender este aspecto de la obra de Lenin que se puede comprender por qué tantos movimientos de liberación nacional recurrieron al marxismo-leninismo, entendiendo – gracias al trabajo de Lenin – que no habría emancipación simplemente por cambiar de bandera; lo que se necesitaba era la revolución social, una transformación más profunda de relaciones de propiedad.

Palabras clave: Lenin. Autodeterminación. Tercer Mundo. Internacionalismo. Anti-colonialismo.

Abstract: A close reading of Lenin's essays on self-determination from 1915 alerts us to a central theme of anti-colonialism in his work. It is no surprise, therefore, that Lenin would push the Communist International to sharpen its anti-colonial and anti-imperialist work. Only by understanding this aspect of Lenin's work can one grasp how so many national liberation movements turned to Marxist-Leninism, understanding – thanks to Lenin's work – that there was no emancipation merely by a changing of the flag; what was needed was the social revolution, a deeper transformation of property relations.

Keywords: Lenin. Self-determination. Third World. Internationalism. Anti-colonialism.

Em 1913, Lenin publicou um artigo no *Pravda* com um título curioso: “A Europa atrasada e a Ásia avançada”. A introdução do artigo aceita a natureza paradoxal do título, pois foi a Europa – no final das contas – que avançou suas forças produtivas e foi a Ásia que teve suas forças produtivas sufocadas. O caráter do avanço e do atraso para Lenin não depende somente da questão do desenvolvimento tecnológico e econômico; repousa, essencialmente, na natureza da luta de massas.

Na Europa, Lenin escreveu, a burguesia estava exausta. Não possuía mais a capacidade revolucionária com a qual tinha combatido a ordem feudal; embora, mesmo naquele momento, a ascensão das massas arrastasse a burguesia relutante – como na Revolução Francesa de 1789 – e foi a burguesia que traiu a luta de massas e optou pela volta do poder autoritário desde que seus interesses de classe fossem mantidos. Até 1913, a burguesia europeia fora corrompida pelos ganhos do imperialismo; era necessário que os trabalhadores derrotassem o reino da burguesia europeia.

Na Ásia, enquanto isso, Lenin identificou o dinamismo dos movimentos para libertação nacional. “Por todos lados na Ásia”, ele escreveu, “um movimento democrático poderoso está crescendo, se espalhando e ganhando força. [...] Centenas de milhões de pessoas estão despertando para a vida, luz e liberdade” (LENIN, [1913] 1977, p. 99-100, grifo do autor)⁴. Até este período, Lenin focara sua atenção nos desenvolvimentos revolucionários na Rússia, com um estudo detalhado das condições agrárias e do capitalismo no seu país, e com debates sobre a natureza da organização do campo revolucionário. Ele ficou impressionado, contudo, com os grandes avanços de 1911 que aconteceram na China, no Irã e no México, com seus processos revolucionários variados e complexos. Em 1912, Lenin escreveu em várias ocasiões sobre os povos da Ásia – como da Pérsia e da Mongólia – que “estão travando uma luta revolucionária pela liberdade” (LENIN, [1912a] 1977, p. 456), e ele pressionava seu partido a condenar os ataques imperialistas tsaristas na Pérsia e a “reconhece[r] a importância mundial da luta revolucionária do povo chinês, que está trazendo a emancipação para a Ásia e está minando o domínio da burguesia europeia” (LENIN, [1912b] 1977, p. 485).

Lenin tinha acompanhado os desenvolvimentos na Ásia oriental desde quando o império tsarista iniciou as hostilidades contra a China ao invadir a Manchúria em 1900, e depois contra o Japão em 1904-05 na Manchúria e na Coreia. Em 1900, Lenin se posicionou fortemente contra a guerra, argumentando que embora o tsar não tivesse declarado a guerra em 1900, “a guerra está sendo travada mesmo assim” (LENIN, [1900] 1977, p. 373). “[O] governo autocrático tsarista”, Lenin escreveu, “demonstrou que é um governo de burocratas irresponsáveis, encolhidos servilmente diante dos magnatas capitalistas e nobres”; enquanto isso, a guerra resultou em

milhares de famílias arruinadas, cujos provedores foram enviados para a guerra; um aumento enorme na dívida nacional e nas despesas nacionais; tributação crescente; maior poder para os capitalistas, os exploradores dos trabalhadores; piores condições para os trabalhadores; mortalidade maior ainda no campesinato; fome na Sibéria. (LENIN, [1900] 1977, p. 375)

“O povo chinês sofre dos mesmos males do que sofre o povo russo”, argumentou Lenin em uma das primeiras demonstrações do seu internacionalismo (LENIN, [1900] 1977, p. 377).

O império tsarista, junto com os imperialistas europeus, tinha desenvolvido uma “coalizão contrarrevolucionária”, Lenin escreveu em 1908 na sua reflexão sobre os Bálcãs, a Turquia e a Pérsia. Como os socialistas deveriam reagir a essa política de imperialismo? “[A] essência da política proletária nesta fase”, ele escreveu no *Proletary*,

deveria ser de arrancar a máscara desses hipócritas burgueses e revelar, para as massas mais amplas do povo, o caráter reacionário dos governos europeus que, por medo da

luta proletária nos seus locais de origem, estão desempenhando, e ajudando outros a desempenhar, o papel do gendarme em relação à revolução na Ásia. (LENIN, [1908] 1977, p. 221)

Dentro da Europa, as nacionalidades oprimidas – como os poloneses e os irlandeses – demonstraram o importante espírito democrático que Lenin detectara do México à China. À diferença de muitos outros marxistas – como Karl Radek e Leon Trotsky – Lenin apoiou totalmente a Revolta da Páscoa em 1916 na Irlanda ocupada pelos ingleses. Foi nesse contexto que Lenin escreveu, em julho de 1916:

A dialética da história funciona de tal maneira que as nações pequenas, impotentes como um fator *independente* na luta contra o imperialismo, desempenham um papel como um dos fermentos, um dos bacilos, que ajudam a *verdadeira* força anti-imperialista, o proletariado socialista, a aparecer em cena. (LENIN, [1916a] 1977, p. 357)

Conforme ele estudava esses movimentos com atenção redobrada, as lutas pela liberação nacional não eram mais vistas como meros “bacilos” e não “*verdadeiras*”, mas como movimentos parceiros em uma luta global. Lenin começou a conceituar uma unidade estratégica entre o nacionalismo dos oprimidos e o proletariado nos estados imperialistas. “A revolução social”, ele escreveu em outubro de 1916,

não pode produzir-se senão na forma de uma época que combine a guerra civil do proletariado contra a burguesia nos países avançados com *toda uma série* de movimentos democráticos e revolucionários, incluindo nacional-libertadores, nas nações não desenvolvidas, atrasadas e oprimidas. (LÉNINE, [1916] 1985, p. 40, grifos do autor)

O grande avanço que Lenin fez em relação ao marxismo da Segunda Internacional é elucidado pela centralidade que ele deu à libertação nacional anticolonial, às lutas de nacionalidades oprimidas pelos coturnos do imperialismo. Para Lenin, as lutas democráticas anticoloniais elevaram-se à paridade com as lutas proletárias dentro dos estados industriais avançados; era o sinônimo internacional da sua teoria da aliança operário-camponesa (PRASHAD, 2020a).

Em 1914, Lenin publicou uma longa série de artigos sobre o tema da “autodeterminação nacional” no jornal *Prosveshcheniye* (Iluminismo)⁵. Foram suas escritas mais extensas sobre o tema, embora ele voltasse várias vezes à questão ao longo da próxima década. Como muitas das obras de Lenin, esses ensaios não foram escritos para desenvolver a ideia da autodeterminação nacional em si mesma; Lenin escreveu o artigo para responder a uma posição inicialmente tomada por Rosa Luxemburgo em 1908-09. No artigo “A questão nacional e a autonomia”, publicado em *Przegląd Socjaldemokratyczny* (Panorama da Social-Democracia), Luxemburgo argumentou contra o direito de autodeterminação para o povo polonês⁶. Inicialmente, Stalin respondeu a Luxemburgo (em *Prosveshcheniye*, março-maio 1913), mas o ensaio de Stalin não confrontou diretamente as teses da autora (ele preferiu enfrentar Karl Renner e Otto Bauer) (ver STALIN, [1913] 1946). Ficou para Lenin, no ano seguinte, a tarefa de oferecer uma crítica completa a Luxemburgo.

Lenin argumentou que deve-se permitir a uma nação oprimida a liberdade de separar-se de um estado opressor. O tsarismo e o colonialismo não somente esmagaram a capacidade dos povos de seus estados periféricos e seus domínios coloniais de viverem vidas plenas, mas também deformaram as vidas

daqueles que pareciam beneficiar-se do domínio colonial (incluindo os trabalhadores no cerne do império). A secessão, para Lenin, era um direito democrático. Se, mais tarde, devido a pressões econômicas, o proletariado de um estado independente quisesse unir-se livremente com o proletariado de seu estado colonial anterior, isso seria aceitável; sua união seria baseada na liberdade, não na opressão. Ao longo da próxima década, Lenin desenvolveu este argumento em uma série de ensaios breves. A maior parte dos ensaios, escritos em alemão, foi traduzida para a língua russa nos anos 1920 por N. K. Krupskaya e publicada primeiro nos volumes *Lenin Miscellany* e depois nas *Collected Works*. Em 1967, a editora moscovita Progress Publishers (Editora Progresso) juntou esses ensaios em um livro pequeno sob o título *The Right of Nations to Self-Determination* (disponível no 20º volume das *Collected Works* de Lenin)⁷. Seu aparecimento junto em uma brochura, portanto, não foi intencional, já que Lenin nunca escrevera um livro sobre o assunto. A brochura foi uma coleção de intervenções e artigos que continham a essência de sua análise sobre a questão. É este livro, porém, que nos permite enxergar a riqueza do argumento de Lenin sobre o anticolonialismo e a autodeterminação (PRASHAD, 2013).

Nacionalismo burguês

A questão da autodeterminação veio à tona devido às forças sociais desencadeadas pela Revolução Russa de 1905 e devido à expansão tsarista na Manchúria e na Coreia. Diversos grupos sociais no Império Tsarista começaram a fazer suas próprias reivindicações em prol da liberdade, que tiveram que ser representadas nos novos partidos políticos que emergiram na arena civil parcialmente liberada. O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) precisou, portanto, abordar diretamente a questão da autodeterminação nacional: como os vários povos dentro do Império Tsarista deveriam lutar por sua liberdade? Deveriam permanecer sob o jugo do Estado, mesmo se esse Estado em algum momento ficasse livre do tsarismo? Luxemburgo esteve particularmente envolvida nesse debate devido a suas raízes no Movimento Social-Democrata polonês, que tinha sido envolvido desde o século XIX em questões de liberdade para a Polônia dos tentáculos do poder tsarista. No mundo do socialismo internacional, com frequência foram os partidos poloneses que aplicavam com mais vigor a ideia do direito à autodeterminação. Isso foi o caso em 1896, quando o Partido Socialista Polonês exigiu a independência da Polônia no Congresso Internacional Socialista em Londres. Neste Congresso, os delegados aprovaram uma resolução a favor “do direito total à autodeterminação de todas as nações, e expressa suas simpatias aos operários de todo país que sofre atualmente sob o jugo do absolutismo militar, nacional ou de outro gênero” (Congresso Internacional Socialista e Operário 1896 apud LUXEMBURG, [1908-09] 1988, p. 15)⁸.

Os social-democratas poloneses, no seu próprio Congresso (1903) e no Congresso do POSDR (1906), instigaram o aprimoramento da visão da social-democracia acerca da autodeterminação. Pouca coisa parecia separar a posição de Luxemburgo daquela de Lenin neste momento, com a exceção de que, nos corredores entre as reuniões, os poloneses expressavam de fato suas reservas sobre a ideia de um *direito* à autodeterminação. Era a classe trabalhadora que tinha direitos, escreveu Luxemburgo no seu

panfleto de 1908, não as nações. O nó da inquietação de Luxemburgo com a teoria do “direito à autodeterminação” pode ser captado em uma longa citação do panfleto:

A mera enunciação do “direito das nações” não basta para caracterizar uma posição socialista nas questões nacionais, não só porque não leva em conta toda a variedade de condições históricas (lugar e tempo) de cada caso particular, não só porque não considera a orientação geral do desenvolvimento das relações internacionais, mas, principalmente, porque ignora totalmente a teoria básica do socialismo moderno: a teoria da sociedade de classes.

Ao falar do “direito dos povos à autodeterminação” nos referimos generosamente à totalidade de um “povo”, a uma unidade social e politicamente homogênea, mas exatamente tal noção de “povo” corresponde a certas categorias da ideologia burguesa que foram objeto de uma revisão radical por parte da teoria marxista, que demonstrou fielmente que por detrás dessas cortinas de fumaça, tais como a “liberdade do cidadão”, a “igualdade diante da lei”, etc., esconde-se em cada caso um conteúdo histórico bem definido.

Numa sociedade de classes, o povo, como um todo social e político homogêneo, não existe, enquanto o que existe em cada nação são as classes sociais com seus interesses e “direitos” antagônicos. Não existe literalmente uma só esfera do social, desde as mais grosseiras relações materiais até a mais sutil das relações morais, em que as classes proprietárias e o proletariado consciente ocupem a mesma posição, ou figurem como uma totalidade “nacional” não diferenciada. No campo das relações econômicas, as classes burguesas representam constantemente os interesses da exploração, enquanto o proletariado representa constantemente os interesses do trabalho. Na esfera das relações legais a pedra fundamental da sociedade burguesa é a propriedade privada, enquanto que o interesse do proletariado exige a emancipação do homem do jugo da propriedade. No domínio jurídico da sociedade burguesa, a justiça dos satisfeitos e dos dominantes representa a “justiça” de classe; o proletariado, entretanto, defende o princípio das influências sociais na unidade e na clemência. Nas relações internacionais, a burguesia representa a política da guerra e da conquista e, na fase atual, o sistema de direitos alfandegários e da guerra econômica, enquanto que o proletariado representa a política do livre comércio e da paz universal. Na esfera das ciências sociais e da filosofia, tanto as doutrinas burguesas como a que representa a posição do proletariado ocupam posições francamente contrárias; as classes proprietárias e sua ideia sobre a vida e o mundo são representadas pelo idealismo, pela metafísica, pelo misticismo, pelo ecletismo, enquanto que o proletariado contemporâneo tem sua escola própria: o materialismo dialético. Inclusive no domínio das relações, digamos, pan-humanas, isto é, no que se refere à ética, às correntes artísticas ou à educação, os interesses, pontos de vista e ideais da burguesia por um lado, e os do proletariado consciente, por outro, representam dois campos inimigos separados por um abismo. E naquelas esferas onde as aspirações e interesses formais da burguesia e do proletariado são em sua totalidade ou em sua maior parte aparentemente idênticos ou comuns – como, por exemplo, no campo das aspirações democráticas –, aí, sob a identidade de palavras de ordem e formas, esconde-se uma total dissonância quanto ao conteúdo e à política real.

Portanto, não podemos falar de uma vontade comum e homogênea, de uma autodeterminação do “povo”, numa sociedade assim constituída. E se encontramos na história das sociedades modernas certos movimentos “nacionais” e certas lutas pelos “interesses nacionais”, trata-se dos eternos movimentos classistas do estrato burguês predominante, que num dado momento podem até certo ponto representar também os interesses de outros estratos sociais, se sob a forma de “interesses nacionais” definem-se certas pautas progressistas do desenvolvimento histórico e se a classe trabalhadora ainda não tenha se diferenciado como classe independente e politicamente consciente da massa da população liderada pela burguesia. (LUXEMBURG, [1908-09] 1988, p. 39-40)

Para Luxemburgo, a ideia da nação é uma cortina de fumaça ideológica utilizada pela burguesia para criar ligações horizontais contra as hierarquias verticais da vida social. É um mecanismo útil para

construir economias e regimes nacionais que beneficiam o domínio de classe da burguesia. Essa é a razão pela qual a ideia do direito à autodeterminação nacional tinha que ser derrotada.

Lenin não discordava do espírito da análise de Luxemburgo. Concordava que o poder de classe próprio da burguesia podia ser exercido de forma mais eficaz através do “invólucro da nação” (*national container*)⁹. “A base económica destes movimentos [nacionalistas]”, ele escreveu na sua resposta de 1914,

[...] consiste em que para a vitória total da produção mercantil é indispensável a conquista do mercado interno pela burguesia, é indispensável a coesão estatal dos territórios com uma população da mesma língua, com o afastamento de todos os obstáculos ao desenvolvimento dessa língua e à sua fixação na literatura. (LÉNINE, [1914] 1977, p. 512)

Portanto, observa Lenin ([1914] 1977, p. 512, grifos do autor):

A formação de *Estados nacionais*, que são os que melhor satisfazem estas exigências do capitalismo moderno, é por isso a tendência de qualquer movimento nacional. Os mais profundos factores económicos empurram para isso, e para toda a Europa Ocidental — mais do que isso: para todo o mundo civilizado — o que é *típico* e normal para o período capitalista é o Estado nacional.

Aqui não há diferença nenhuma entre Lenin e Luxemburgo, pois os dois estão de acordo que os movimentos nacionalistas seguem o fluxo do desenvolvimento capitalista, e que as vantagens do nacionalismo na experiência europeia são colhidas, primeiro, pela burguesia.

Os direitos iguais das nações e a solidariedade internacional dos trabalhadores

Se essa análise é assim tão simples, e se estiver correta, então a antipatia de Luxemburgo ao nacionalismo parece mais coerente do que a ambivalência de Lenin. Mas não é tão simples assim, pelo menos não para Lenin. A abordagem de Luxemburgo para a ideia do nacionalismo, sugeriu Lenin, reduziu a questão nacional à economia e à independência econômica. Sua abordagem não se interessava pela questão política, pela fome de liberdade do povo colonizado. A tendência capitalista para a expansão para além do “invólucro da nação” (*national container*) continha as sementes do imperialismo; em certo estágio do seu desenvolvimento econômico, a burguesia nacional procurou obter as vantagens do Estado-nação, mas enquanto seu dinamismo se alastrava, as ambições dessa burguesia imitavam os esforços imperialistas de seus antecedentes aristocráticos. É por isso que Lenin fez uma distinção entre o nacionalismo dos opressores (os grão-russos e os ingleses) e o nacionalismo dos oprimidos (os poloneses e os irlandeses). Esta distinção, Lenin escreveu em 1915, “constitui a *essência* do imperialismo” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 274, grifo do autor). Sempre é preciso lutar contra o nacionalismo do opressor, dos grão-russos e dos ingleses, por exemplo. Não existe nada no caráter do seu nacionalismo que mereça ter apoio. Seu chauvinismo o leva à conquista do mundo, uma dinâmica que não somente destrói o bem-estar dos oprimidos, mas também corrompe seus próprios cidadãos.

No dia 10 de dezembro de 1869, Marx escreveu a Engels sobre a questão irlandesa. “A classe operária inglesa *não poderá fazer nada* enquanto não se livrar da Irlanda. A alavanca deve ser aplicada na Irlanda”, ele escreveu. A “reação inglesa na Inglaterra tem as suas raízes na subjugação da Irlanda” (MARX, [1869] 1988, p. 398, grifo do autor) (Lenin cita parte desta carta no seu panfleto de 1914)¹⁰.

Inspirando-se em Marx, Lenin escreveu no seu ensaio de 1915 sobre autodeterminação: “A liberdade *desta* nação [a Inglaterra] era tolhida e deformada pelo facto de ela oprimir outra nação. O internacionalismo do proletariado *inglês* seria uma frase hipócrita se *ele* não reivindicasse a separação da Irlanda” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 275, grifos do autor). Uma lógica parecida se aplicava à Rússia, onde os social-democratas foram encorajados por Lenin a exigir liberdade para as nações russas oprimidas. “Arrebatada pela luta contra o nacionalismo na Polónia,” Lenin escreveu,

Rosa Luxemburg esqueceu o nacionalismo dos grão-russos, apesar de ser precisamente *este* o nacionalismo mais perigoso agora, de ser precisamente um nacionalismo menos burguês mas mais feudal, de ele ser precisamente o principal travão para a democracia e a luta proletária. (LÉNINE, [1914], 1977, p. 523-524, grifo do autor)

Isso precisava ser confrontado. Nem Lenin, nem Luxemburgo pensavam diferente.

A diferença entre eles ficou mais nítida na segunda metade da distinção de Lenin. As grandes potências não somente anexam as economias de seus sujeitos, mas também esgotam seu poder político. A autodeterminação nacional dos oprimidos envolve não somente os planos da burguesia oprimida de capturar o econômico para seus próprios fins, mas também aqueles do proletariado oprimido, esperançoso de poder combater sua burguesia no quesito de como organizar a nação. “Em *todo* o nacionalismo burguês de uma nação oprimida”, Lenin argumentou,

há um conteúdo democrático geral *contra* a opressão, e é exactamente este conteúdo que nós apoiamos *incondicionalmente*, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional, lutando contra a aspiração do burguês polaco de oprimir o judeu, etc, etc. (LÉNINE, [1914] 1977, p. 524, grifos do autor)

Lenin elaborou cuidadosamente a fórmula para esse apoio *incondicional*. Se a burguesia da nação oprimida “luta contra a opressora”, então os social-democratas devem apoiá-los totalmente. Se, porém, “a burguesia da nação oprimida defende o *seu* nacionalismo burguês”, então os social-democratas devem se opor a ela. “Luta contra os privilégios e as violências da nação opressora e nenhuma tolerância para com a aspiração aos privilégios por parte da nação oprimida” (LÉNINE, [1914] 1977, p. 523, grifo do autor).

“[N]enhuma tolerância para com a aspiração” da burguesia das nações oprimidas coloca para os social-democratas e seus aliados de classe a tarefa essencial que os separa dos liberais e seus aliados de classe. Os social-democratas se colocam não somente contra o nacionalismo da nação oprimida, mas também contra os esforços da burguesia da nação opressora para suplantar o nacionalismo de sua nação. Os trabalhadores na nação oprimida não devem submeter-se ao domínio da burguesia da nação oprimida, mas enfrentá-la com a mesma determinação que eles teriam para lutar contra a burguesia imperial. A luta para a autodeterminação nacional não deve dividir os trabalhadores no centro imperial e aqueles na periferia imperial. Aqueles no centro devem lutar contra o nacionalismo imperial, e aqueles na periferia devem lutar contra o nacionalismo imperial e o nacionalismo da sua burguesia. Esses últimos têm uma tarefa dupla, desafiadora, devido à complexidade da estratégia e das táticas que são exigidas deles. Devem lutar não somente pelo “reconhecimento absolutamente aberto, e que não deixa lugar a nenhuma distorção, do pleno direito de todas as nações à autodeterminação”, mas também pela “exortação igualmente inequívoca aos operários para a unidade *internacional* da sua luta de classe” (LÉNINE, [1914]

1977, p. 539, grifo do autor). Dito de outro modo, os social-democratas não estão investidos no nacionalismo como um fim em si mesmo. O objetivo final é o internacionalismo do proletariado, mas esse deve passar pelo nacionalismo dos oprimidos. As tarefas duplas da social-democracia são, então, de lutar para a “igualdade de direitos das nações e a solidariedade internacional dos operários” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 274)¹¹.

Uma união livre

Quais são os meios práticos pelos quais este nacionalismo dos oprimidos se manifesta? Lenin argumentou que as regiões oprimidas devem separar-se das nações opressoras, ou, em outras palavras, precisam conquistar sua independência. Se a social-democracia não clama para o direito à secessão, sua política seria “apenas uma palavra oca, apenas uma hipocrisia” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 274). Claramente, “por autodeterminação das nações entende-se a sua separação estatal das colectividades nacionais estrangeiras, entende-se a formação de um Estado nacional independente” (LÉNINE, [1914] 1977, p. 512). Mas um estado nacional independente não é o fim do processo. É aqui que Lenin trilhou novos caminhos na teoria marxista de nacionalidades e autodeterminação (embora inspirando-se novamente nas ideias presentes nas cartas que Marx escreveu para Engels sobre a questão irlandesa). Os marxistas e a social-democracia reconhecem as vantagens econômicas e políticas de entidades geográficas maiores: não somente conseguem controlar mais recursos e mercados maiores, mas também são menos vulneráveis a conquistas militares. O objetivo final é construir uniões enérgicas e genuínas de áreas grandes e não homogêneas.

Nós reivindicamos a liberdade de autodeterminação, isto é, a independência, isto é, a liberdade de separação das nações oprimidas, não porque sonhamos com o fraccionamento económico ou com o ideal de pequenos Estados, mas, pelo contrário, porque queremos grandes Estados e a aproximação, e mesmo a fusão, das nações, mas numa base autenticamente democrática, autenticamente internacionalista, *inconcebível* sem a liberdade de separação. (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 278, grifos do autor)

Na sua obra “Nove teses sobre a autodeterminação”, de março de 1916, Lenin escreveu: “uma união livre é uma frase falsa sem o direito à secessão” (LENIN, [1916c] 1977, p. 143). Inspirando-se nas ideias de Marx sobre a Irlanda, Lenin afirmou: “a demanda para o direito à secessão a fim de dividir e isolar países” não é um fim em si mesmo; vai em direção a um processo para “criar vínculos mais duradouros e democráticos” (LENIN, [1916b] 1977, p. 165). Escreveu, ainda:

somente desta maneira Marx podia sustentar – em contradição com aqueles que fazem apologia ao capital, gritando que a liberdade de secessão das nações pequenas é utópica e impraticável, e que não somente a concentração econômica, mas também a política, é progressista – que esta concentração é progressista quando é não-imperialista, e que as nações não deveriam ser reunidas pela força, mas por uma união livre dos proletários de todos os países. (LENIN, [1916c] 1977, p. 150)

Defender este direito à secessão, escreveu Lenin em agosto de 1915,

não só não estimula a criação de pequenos Estados como, pelo contrário, conduz à formação mais livre, mais ousada e por isso mais ampla e mais generalizada de grandes

Estados e de uniões entre Estados, mais vantajosos para as massas e correspondendo melhor ao desenvolvimento económico. (LÉNINE, [1915b], 1984, p. 246)

O capitalismo cresceu dinamicamente e circundou o planeta inteiro, e procurou áreas cada vez maiores para operar. Esta é a tendência não somente para as empresas, cujas fusões as levam em direção ao controle monopolista dos mercados, mas também para os Estados, que se ampliam através de políticas imperiais ou coloniais (esta é a dinâmica geral identificada por Lenin no seu panfleto *Imperialismo* de 1916). “O imperialismo significa que o capital ultrapassou o quadro dos Estados nacionais”, Lenin escreveu em 1915; “significa o alargamento e a agudização da opressão nacional sobre uma nova base histórica” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 273). O capital monopolista prosperou nos grandes estados imperiais. O imperialismo estava enraizado na economia política da época. Precisava ser confrontado não pela moralidade, mas pelo crescimento de movimentos políticos que minassem seu poder, em outras palavras, por uma combinação de movimentos proletários e movimentos de nacionalidades oprimidas. “Daí decorre precisamente”, Lenin argumentou, “que nós devemos *ligar* a luta revolucionária pelo socialismo a um programa revolucionário na questão nacional” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 273, grifo do autor).

Luxemburgo lutou pela “liberdade da opressão nacional” e não pelo “direito de autodeterminação das nações”. Para ela, a opressão nacional era simplesmente mais uma forma de opressão, e devia ser confrontada como simplesmente mais uma força opressora. Para Lenin, a opressão nacional desempenhava um papel específico na operação do imperialismo, e precisava ser enfrentada de uma maneira específica: encorajando a secessão das nacionalidades oprimidas, para não petrificar sua cultura nacional como separada de aquela de outras culturas, mas trabalhar visando uma unidade proletária internacionalista do futuro. A abordagem de Lenin não era uma abordagem moralista, portanto, mas uma que surgiu de sua análise do imperialismo e dos movimentos nacionalistas que emergiram em oposição àquele. Sua aprovação do nacionalismo não estava baseada na suposição que os Estados menores iriam, de alguma maneira, minar o imperialismo; compreendia-se que os Estados democráticos, com os proletariados em cada um criando vínculos entre si, conseguiriam aproveitar a nova escala econômica para forjar uma unidade genuína.

O nacionalismo não significaria, como disse Luxemburgo acidamente, o “‘direito’ de todo ser humano de comer em prato de ouro” (LUXEMBURG, [1908-09] 1988, p. 28). Mas faria parte, como observou Lenin, de uma agenda com três pontos:

- Total igualdade para todas as nações.
- O direito das nações à autodeterminação.
- A amalgamação dos trabalhadores de todas as nações.

É este “o programa nacional que o marxismo ensina aos operários” (LÉNINE, [1914] 1977, p. 555).

Karl Radek, o marxista austríaco, entrou no debate em 1915, argumentando que a luta para a autodeterminação nacional era “ilusória” (“Annexations and Social Democracy”, *Berner Tagwacht*, 28-29 outubro; ver LERNER, 1970)¹². Uma das objeções de Radek que irritou Lenin era que somente um verdadeiro projeto de classe poderia renunciar a demandas políticas democráticas que não ameaçassem o

capitalismo. Existem algumas demandas democráticas que podem ser conquistadas na era do capitalismo e existem outras para as quais teremos que lutar mesmo dentro de uma sociedade socialista, argumentou Lenin.

Devemos *combinar* a luta revolucionária contra o capitalismo a um programa e a uma tática revolucionários em relação a *todas* as reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade de direitos das mulheres, autodeterminação das nações, etc. Enquanto existir o capitalismo, todas essas reivindicações só serão realizáveis como exceção e mesmo assim de maneira incompleta e deformada. (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 273, primeiro grifo do autor, segundo grifo meu)

A Social-Democracia precisa “formular de modo consequentemente revolucionário *cada uma* das nossas reivindicações democráticas” porque o proletariado deve ser “preparado para isso por uma educação no espírito do democratismo mais consequente e resolutamente revolucionário” (LÉNINE, [1915a] 1984, p. 273, grifo do autor). Contestar o direito da autodeterminação para as nações oprimidas é negá-las seus direitos democráticos e solapar a democracia revolucionária.

Na URSS e na Comintern

A formulação de Lenin de 1914-1916 permitiu colocar em prática um posicionamento claro depois da revolução soviética (1917). Duas tarefas se apresentaram, seguindo a lógica da autodeterminação nacional.

- (1) Como o novo Estado soviético deveria lidar com a questão de suas próprias nacionalidades?
- (2) Como deveria a recém-criada Internacional Comunista (1919) enfrentar os movimentos nacionalistas nas colônias?

No dia 3 de janeiro de 1918, Lenin, como parte do Comitê Executivo Central de Todas as Rússias, esboçou a “Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado”. Foi adotada subsequentemente pelo Terceiro Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia como a Constituição de 1918 (e a essência permaneceu na Constituição de 1924). O segundo artigo estabelece que a República Soviética é fundada “na base da união livre de nações livres como federação de repúblicas soviéticas nacionais” ([1918] 1977, p. 448). O Conselho do Comissariado do Povo já tinha proclamado a independência da Finlândia, removido as tropas russas da Pérsia e se comprometido com a autodeterminação da Armênia. No papel, isso era incontestável. O problema é que as forças contrarrevolucionárias nos Estados fronteiriços, os mesmos Estados que tinham recebido a promessa do direito à secessão, atacaram o novo Estado soviético. Os soviéticos rapidamente procuraram fazer alianças com esses Estados (Armênia, Azerbaijão e Geórgia, por exemplo); neles, as forças pró-bolcheviques foram apoiadas pelos soviéticos e os contrarrevolucionários foram derrotados. A autodeterminação da nação era uma fórmula pela qual os Estados receberam independência nominal se não eram hostis aos soviéticos. Quando os bolcheviques (como Georgy Pyatakov) nesses Estados argumentaram a favor da dissolução completa na Rússia, Lenin os chamou de grão-russos e se opôs a eles. O princípio da autodeterminação era sacrossanto, mesmo

quando a contrarrevolução ameaçava o novo Estado soviético. Luxemburgo, no seu ensaio sobre a Revolução Russa, identificou esta fraqueza:

Enquanto Lenin e seus camaradas obviamente esperavam, como os defensores da liberdade nacional, mesmo até o ponto da ‘separação’, fazer com que a Finlândia, a Ucrânia, a Polônia, a Lituânia, os países bálticos, os povos do Cáucaso etc. se tornassem aliados fiéis da Revolução Russa, temos presenciado o contrário. Uma atrás da outra, essas ‘nações’ usaram sua liberdade recém-concedida para se aliarem com o imperialismo alemão, como inimigos mortais da Revolução Russa, e levantarem, sob a proteção dos alemães, a bandeira da contrarrevolução para a própria Rússia. (LUXEMBURG, 1961, p. 49-50)

Em 1922, Stalin almejava restringir os direitos dos novos Estados fronteiriços através de uma política chamada de “autonomização”, a saber, que esses Estados se dissolveriam na URSS e ganhariam sua autonomia nominal. Lenin se opôs veementemente a essa política. “[R]econhecemo-nos iguais em direitos com a RSS da Ucrânia e outras e entramos juntamente com elas, e em pé de igualdade, numa nova união, numa nova federação” (LÉNINE, [1922] 1977, p. 609) Esta federação era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS. Este princípio já estava presente no esboço de 1918, e na primeira Constituição Soviética.

Ao mesmo tempo, aspirando à criação de uma aliança verdadeiramente livre e voluntária e, conseqüentemente, tanto mais estreita e duradoura entre as classes trabalhadoras de todas as nações da Rússia, a Assembleia Constituinte limita a sua tarefa ao estabelecimento dos princípios fundamentais da Federação das Repúblicas Soviéticas da Rússia, deixando aos operários e camponeses de cada nação a adoção de decisões independentes no seu próprio congresso soviético plenipotenciário sobre se desejam, e em que bases, participar no governo federal e nas restantes instituições soviéticas federais. (LÉNINE, [1918] 1977, p. 449-450)

A lógica da federação dentro da URSS se aplicava de modo parecido à questão colonial. Na declaração de 1918, Lenin escrevera que o novo Estado deve fazer uma

completa ruptura com a bárbara política da civilização burguesa, que fundamentava a prosperidade dos exploradores de umas poucas nações predestinadas sobre a escravidão de centenas de milhões de trabalhadores na Ásia, nas colônias em geral e nos pequenos países. (LÉNINE, [1918] 1977, p. 449)

Quando a Internacional Comunista (Comintern) se reuniu para seu primeiro encontro em 1919, a rejuvinação da experiência soviética, junto com a revolução potencial na Europa (em particular, na Alemanha) e o surgimento de movimentos camponeses e da classe trabalhadora na Ásia, definiu seu resultado. A Comintern se dirigiu ao “proletariado do mundo inteiro”, dizendo-lhes:

A emancipação das colônias é possível somente em conjunção com a emancipação da classe trabalhadora metropolitana. Os trabalhadores e os camponeses, não somente de Anam¹³, Argel e Bengala, mas também da Pérsia e da Armênia, conquistarão sua oportunidade de existir independentemente somente quando os trabalhadores da Inglaterra e da França terão derrotado Lloyd George e Clemenceau e tomado por si o poder do Estado. (“Manifesto...”, [1919] 2019, p. 33)

O nacionalismo das nações oprimidas quase nem recebeu menção. A derrota da revolução alemã e os retrocessos nas colônias resultaram num tom mais sóbrio na segunda reunião da Comintern (1920). Os pontos de vista de Lenin sobre a questão colonial (oriental) surgiram de sua atitude mais permissiva sobre os nacionalismos dos oprimidos. Foi a presença do marxista indiano M. N. Roy que

segurou Lenin e refreou seu apoio mais entusiástico para o nacionalismo anticolonial. A segunda tese da Comintern emergiu de uma proposta de compatibilização entre o esboço de Lenin e as emendas de Roy (com o marxista holandês Henk Sneevliet obrigando-os a escrever juntos).

Como a expressão consciente da luta da classe proletária para derrubar o jugo da burguesia, e de acordo com sua tarefa principal, que é lutar contra a democracia burguesa e desmascarar suas mentiras e hipocrisias, o Partido Comunista não deve colocar a ênfase principal da questão nacional em princípios abstratos e formais, mas, em primeiro lugar, na avaliação exata da situação historicamente dada e, sobretudo, do meio econômico. Segundo, deveria enfatizar a separação explícita dos interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores e dos explorados, do conceito geral do interesse nacional, que significa os interesses da classe dominante. Terceiro, deve enfatizar a divisão igualmente clara entre as nações oprimidas e dependentes que não desfrutam dos mesmos direitos das nações opressoras e privilegiadas, para rebater a mentira democrática burguesa que encobre a escravidão colonial e financeira da imensa maioria da população mundial por uma ínfima minoria dos países capitalistas mais ricos e avançados, que é característico da época do capital financeiro e do imperialismo. (“Theses...”, [1920] 2019, p. 94-95)

Nada nesta tese contradiz o espírito do ponto de vista do próprio Lenin sobre a autodeterminação, mas mostra explicitamente sua indecisão sobre o caráter da burguesia das nações oprimidas. A 9ª tese disse que a Comintern “deve apoiar diretamente o movimento revolucionário entre as nações que são dependentes e que não têm direitos iguais (por exemplo a Irlanda, os negros na América [do Norte] e assim por diante) e nas colônias” (“Theses...”, [1920] 2019, p. 97). Ao mesmo tempo, a Comintern, na 11ª tese, afirmou que deve se engajar em uma “luta resolva” contra a tentativa de “retratar como comunistas os movimentos libertadores revolucionários nos países atrasados que não são realmente comunistas” (“Theses...”, [1920] 2019, p. 98). A Comintern apoia os movimentos revolucionários nas colônias

somente na condição de que os elementos para futuros partidos proletários estejam reunidos em todos os países atrasados – comunistas de fato e não apenas de nome – e que sejam educados para terem consciência de suas tarefas particulares, isto é, as tarefas de lutar contra o movimento democrático-burguês na sua própria nação”. O que a Comintern “deve manter incondicionalmente [é] o caráter independente do movimento proletário, mesmo que tenha somente forma embrionária. (“Theses...”, [1920] 2019, p. 98)

Todos os princípios gerais que Lenin articulou nos seus ensaios a partir de 1914 foram consagrados na Constituição Soviética e na Comintern, com algumas alterações para caber em novas situações e novas configurações de classe.

**

Não deve surpreender que radicais do mundo colonizado – como Ho Chi Minh e José Carlos Mariátegui – acharam no leninismo o coração e a alma de sua visão política. Foi o marxismo anticolonial que atraiu nacionalistas radicais, desde as colônias holandesas na Indonésia, até as colônias francesas da África Ocidental, e foi essa forte teoria da autodeterminação nacional anticolonial que consolidou laços entre a esquerda marxista por todos esses mundos (PRASHAD, 2019). Não é à toa, então, que a tradição do ‘marxismo ocidental’ tende a ignorar Lenin, saltando de Marx para Lukács e Gramsci, ignorando o fato que Lukács escreveu um livro sobre Lenin e que Gramsci desenvolveu seu próprio pensamento sempre tendo Lenin em mente. O salto por cima de Lenin é um salto que passa não somente por cima da

experiência da Revolução de Outubro, mas é um salto que ignora o marxismo que se desenvolve, então, no Terceiro Mundo, um salto em direção a uma filosofia abstrata com pouco engajamento com a *práxis* e com o socialismo que se desenvolve – não nos estados industriais avançados – mas dentro do reino da necessidade, no mundo antes colonizado da China à Cuba. Nesses lugares mais longínquos, onde as revoluções tiveram sucesso, é o Lenin anticolonial que ilumina o caminho.

Referências:

BLANC, Eric. The Rosa Luxemburg Myth: A Critique of Luxemburg's Politics in Poland (1893–1919). **Historical Materialism**, vol. 25, no. 4, 2017, p. 3-36. DOI: <https://doi.org/10.1163/1569206X-12341548>

ENGELS, Friedrich. [Carta] Engels to Marx. 24 October [1869]. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected Works**, vol. 43. Tradução de John Peet, Michael Slattery e Sergei Syrovatkin. Londres/Moscou: Lawrence and Wishart/Progress Publishers, 1988, p. 361-363.

LENIN, Vladimir Ilyich. Backward Europe and Advanced Asia [1913]. Tradução de George Hanna. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 19. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 99-100.

LENIN, Vladimir Ilyich. Draft Resolution on the Tasks of the Party in the Present Situation [1912a]. Tradução de George Hanna. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 17. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 455-457.

LENIN, Vladimir Ilyich. Events in the Balkans and in Persia [1908]. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 15. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 220-230.

LENIN, Vladimir Ilyich. On the Manifesto of the League of the Armenian Social Democrats [1903]. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 6. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 324-327.

LENIN, Vladimir Ilyich. Resolutions of the Conference [1912b]. Tradução de George Hanna. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 17. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 462-486.

LENIN, Vladimir Ilyich. The Discussion on Self-Determination Summed Up [1916a]. Tradução de Yuri Sdobnikov. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 22. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 320-360.

LENIN, Vladimir Ilyich. The Peace Programme [1916b]. Tradução de Yuri Sdobnikov. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 22. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 161-168.

LENIN, Vladimir Ilyich. **The Right of Nations to Self-Determination**. Moscou: Progress Publishers, 1967.

LENIN, Vladimir Ilyich. The Socialist Revolution and the Right of Nations to Self-Determination: Theses [1916c]. Tradução de Yuri Sdobnikov. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 22. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 143-156.

LENIN, Vladimir Ilyich. The War in China [1900]. Tradução de Joe Fineberg e George Hanna. *In*: LENIN, V. I. **Collected Works**, vol. 4. Moscou: Progress Publishers, 1977, p. 372-377.

LÉNINE, Vladimir Ilyich. Acerca da Formação da URSS: Carta a L. B. Kamenev para os membros do Bureau Político do CC do PCR [1922]. *In*: LÉNINE, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**, vol. 3. Lisboa/Moscou: Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1977, p. 609-610.

LÉNINE, Vladimir Ilyich. Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado [1918]. *In*: LÉNINE, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**, vol. 2. Lisboa/Moscou: Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1977, p. 448-450.

LÉNINE, Vladimir Ilyich. O Proletariado Revolucionário e o Direito das Nações à Autodeterminação [1915a]. *In*: LÉNINE, V. I. **Obras Escolhidas em seis tomos**, vol. 2. Tradução de Antonio Pescada. Lisboa/Moscou: Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1984, p. 272-278.

- LÉNINE, Vladimir Ilyich. O Socialismo e a Guerra (A atitude do POSDR em relação à guerra) [1915b]. *In: LÉNINE, V. I. Obras Escolhidas em seis tomos*, vol. 2. Tradução de Antonio Pescada. Lisboa/Moscou: Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1984, p. 227-267.
- LÉNINE, Vladimir Ilyich. Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação [1914]. *In: LÉNINE, V. I. Obras Escolhidas em três tomos*, vol. 1. Lisboa/Moscou: Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1977, p. 509-556.
- LÉNINE, Vladimir Ilyich. Sobre uma Caricatura do Marxismo e sobre o «Economismo Imperialista» [1916]. *In: LÉNINE, V. I. Obras Escolhidas em seis tomos*, vol. 3. Tradução de José Oliveira. Lisboa/Moscou: Edições “Avante!”/Edições Progresso, 1985, p. 10-56.
- LERNER, Warren. **Karl Radek, the last internationalist**. Palo Alto: Stanford University Press, 1970.
- LUXEMBURG, Rosa. **A questão nacional e a autonomia** [1908-09]. Tradução de Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte: Oficina do livro, 1988.
- LUXEMBURG, Rosa. **The Russian Revolution, and Leninism or Marxism?**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1961.
- Manifesto of the Communist International to the Workers of the World [1919]. *In: RIDDELL, John; PRASHAD, Vijay; MOLLAH, Nazeef (orgs). Liberate the Colonies! Communism and Colonial Freedom, 1917-1924*. Nova Delhi: Leftword Books, 2019, p. 28-37.
- MARX, Karl. [Carta] Marx to Engels. 10 December [1869]. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Collected Works*, vol. 43. Tradução de John Peet, Michael Slattery e Sergei Syrovatkin. Londres/Moscou: Lawrence and Wishart/Progress Publishers, 1988, p. 396-399.
- PRASHAD, Vijay. Ao camarada Lenin, em seu 150º aniversário. *In: Lenin 150*. Tradução de Miguel Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2020a, p. 7-16.
- PRASHAD, Vijay. [Correspondência via e-mail]. Destinatário: Elizabeth Sara Lewis. 5 set. 2020b. Troca de 4 e-mails com o assunto “Questions about translation”.
- PRASHAD, Vijay. **Estrela vermelha sobre o terceiro mundo**. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.
- PRASHAD, Vijay. Vladimir İlyiç Lenin/Uluslarin Kaderlerini Tayin Hakki. *In: Marksist Klasikleri Okuma Kılavuzu*. Istanbul: Yordam Kitap, 2013, p. 427-443. [N.T. Traduzidos do turco para o português, o título do capítulo é “Vladimir Ilitch Lenin/O direito das nações à autodeterminação” e aquele do livro é *Guia de leitura para os clássicos marxistas*].
- STALIN, Josef Vissariónovitch. O marxismo e o problema nacional [1913]. *In: STALIN, J. V. O marxismo e o problema nacional e colonial*. Tradução de Brasil Gerson. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1946, p. 5-84.
- Theses on the National and Colonial Question [1920]. *In: RIDDELL, John; PRASHAD, Vijay; MOLLAH, Nazeef (orgs). Liberate the Colonies! Communism and Colonial Freedom, 1917-1924*. Nova Delhi: Leftword Books, 2019, p. 94-99.

Notas:

¹ Vijay Prashad é diretor do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, editor-chefe da editora Leftword Books e correspondente-chefe para Globetrotter. Seu livro mais recente é *Washington Bullets* (LeftWord, 2020), traduzido para o português sob o título de *Balas de Washington: uma história de CLA, golpes e assassinatos* (Editora Expressão Popular, 2020). No Brasil, também lançou, pela editora Expressão Popular, o livro *Estrela Vermelha sobre o terceiro mundo*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0631-7266>. E-mail: vijay@leftword.com

- ² Elizabeth Sara Lewis, tradutora do artigo, é doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio e Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Escola de Letras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Literatura e Linguagens: fronteira, espaço, performance, memória (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/38823>). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8110351309778063>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6303-5727>. E-mail: elizabeth.lewis@unirio.br.
- ³ Revisão técnica da tradução: Rodrigo Castelo. Revisão técnica das citações e referências: Elizabeth Sara Lewis.
- ⁴ [N. T.: Onde possível, substituí as citações e referências em inglês por suas traduções oficiais brasileiras ou portuguesas. Usei as versões impressas, mas vale comentar que a maior parte das obras citadas está disponível em formato digital em <https://www.marxists.org/portugues/>. Se a obra citada não foi publicada em português, realizei uma tradução própria a partir do inglês.]
- ⁵ Todos esses artigos estão reunidos em Lenin, *Collected Works*, vol. 20.
- ⁶ Horace B. Davis reuniu os cinco artigos de Luxemburgo, originalmente publicados no jornal *Przegląd Socjaldemokratyczny*, de Cracóvia, em *The National Question. Selected Writings*, New York: Monthly Review Press, 1976. [N.T.: No Brasil, foi publicado como *A questão nacional e a autonomia*, em 1988, pela editora Oficina de Livros, Belo Horizonte. A versão brasileira conta com um sexto texto de Luxemburgo, não incluído no livro organizado por Davis, e segue a obra traduzida em espanhol direto do polonês e publicada nos *Cuadernos de Pasado y Presente*, n.81].
- ⁷ [N.T.: Disponível em português sob o título “Sobre o direito das nações à autodeterminação” em *Obras escolhidas em três tomos*, publicado por Edições “Avante”! (Lisboa) e Edições Progresso (Moscou).]
- ⁸ Para uma avaliação crítica da social-democracia polonesa, ver Blanc (2017).
- ⁹ [N.T.: *National container*, ou “invólucro da nação”, é um termo usado por Prashad para pensar estritamente o território de uma nação, desconexo de questões de raça, etnia etc., no intuito de encontrar uma maneira de falar sobre nações sem falar de cultura. O conceito é útil, por exemplo, para pensar sobre estados multinacionais como a URSS ou a Índia – podem “ser considerados *national containers*, sem o fardo de ter uma cultura nacional única” (PRASHAD, 2020b, s.p.).]
- ¹⁰ No dia 24 de outubro de 1869, Engels escreveu a Marx, “No exemplo da história irlandesa pode-se ver que infelicidade é para um povo ter subjugado outro povo. Todas as infâmias inglesas têm a sua origem na esfera irlandesa. Ainda tenho que estudar a época de Cromwell, mas em todo o caso para mim é indubitável que também na Inglaterra as coisas teriam tomado outro rumo se não tivesse sido necessário dominar militarmente a Irlanda e criar uma nova aristocracia” (ENGELS apud LÊNINE, [1914] 1977, p. 543). [N.T.: O autor tinha citado Engels em Marx e Engels, *Collected Works*, vol. 43, p. 363. Aqui usei a citação de Engels no texto de Lenin por já ter uma tradução oficial em português.]
- ¹¹ Em uma formulação anterior, Lenin argumentou não para a “autodeterminação de nações”, mas para a “autodeterminação do proletariado”. “Da nossa parte, nos preocupamos com a autodeterminação do proletariado de cada nacionalidade e não com a autodeterminação de povos ou nações” (LENIN, [1903] 1977, p. 327). Parece que esta posição se aproxima àquela de Luxemburgo, pela qual deve-se opor o nacionalismo da burguesia em todos os aspectos, e que os social-democratas devem preferir uma visão classista em vez de uma visão nacionalista. Ao longo da década, Lenin mudou sua posição – não enfatizava mais a “autodeterminação do proletariado de cada nacionalidade”. Lenin percebeu a diferença entre a nacionalidade do opressor e a nacionalidade do oprimido, o que mudou muito as nuances de sua postura.
- ¹² [N. T.: Radek originalmente publicou esta obra sob o pseudônimo de Parabellum, e assim é citado por Lenin em suas críticas em “O proletariado revolucionário e o direito das nações à autodeterminação”: “Parabellum [...] declara «ilusória» a «luta pelo inexistente direito à autodeterminação».” (LENIN, [1915a] 1984, p. 272)
- ¹³ [N.T.: Aname foi uma colônia francesa que abrangia a parte central do Vietnã. Hoje em dia a região é chamado de Trung Kỳ (literalmente Vietnã Central), e o nome “Aname” é considerado pejorativo por muitos vietnamitas, por remeter ao domínio chinês e ao colonialismo francês.]

Recebido em: 16.07.2020
Aprovado em: 25.09.2020